

# Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório do Comitê de Auditoria</b>	<b>4</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>7</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>15</b>
<b>Demonstração do fluxo de caixa</b>	<b>16</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>17</b>

## **Relatório da Administração**

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujo lucro líquido no exercício foi de R\$ 137.223 mil (R\$ 156.007 mil em 31 de dezembro de 2021), os ativos totais, R\$ 9.533.514 mil (R\$ 8.545.054 mil em 31 de dezembro de 2021) e a carteira de crédito R\$ 2.965.671 mil (R\$ 2.532.626 mil em 31 de dezembro de 2021).

### **Dividendos:**

De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2022 se optou pelo não provisonamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura.

Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 28 de março de 2023.

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

### **Introdução:**

De acordo com o estabelecido na Resolução CMN 4.910 do Banco Central do Brasil, compete ao Comitê de Auditoria (“Comitê”) zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (“Banco”), pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. O Comitê é formado por 04 (quatro) membros, efetivos e independentes, eleitos observados os critérios constantes da regulamentação do Conselho Monetário Nacional (“CMN”).

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, dos assessores jurídicos do Banco e nas suas próprias análises.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a empresa de auditoria independente contratada para o exame das Demonstrações Financeiras do Banco, preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento as normas editadas pelo Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos, oferecendo, ao Comitê, uma visão crítica da qualidade dos processos e do monitoramento dos riscos.

### **Atividades exercidas no período:**

Em sessão realizada em 24 de março de 2023 em conjunto com nossos auditores internos e externos foram apresentados os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 realizados pela equipe da KPMG Auditores Independentes Ltda. Em seu encerramento, foi recomendada a aprovação das demonstrações financeiras por parte de nossos auditores externos e o Comitê de Auditoria considerou apropriada sua qualidade para oficial divulgação. Contamos sempre com a presença dos membros do Comitê de Auditoria, assim do Gerente Executivo da Contabilidade e da Gerente Executivo da Auditoria Interna.

### **Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos:**

No segundo semestre de 2022 o Banco continuou aprimorando e atualizando as suas normas e procedimentos e fortalecimento do processo de governança corporativa. Os relatórios requeridos pelos reguladores e preparados pela divisão de Compliance concluíram que o Sistema de Controles Internos do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A., está adequadamente estruturado para garantir o efetivo gerenciamento dos riscos e de capital, de controles internos, das operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros.

Dentre os apontamentos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela

auditoria externa e pela divisão de Compliance não indicaram descumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem colocar em risco a continuidade das operações do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. O sistema de controles internos do Banco vem sendo aprimorado continuamente e os procedimentos já implementados, bem como aqueles ainda estão em fase de implantação, são compatíveis com o porte e a complexidade das operações.

**Auditoria Externa:**

O Comitê mantém, diretamente e/ou indiretamente através de seu Membro Técnico, um canal de comunicação regular com os auditores externos para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das Demonstrações Financeiras.

Com base na avaliação procedida e nas informações fornecidas pela própria KPMG Auditores Independentes Ltda, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria externa.

O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela auditoria externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das Demonstrações Financeiras.

**Auditoria Interna:**

O planejamento estratégico e tático da Auditoria Interna e a análise dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento profissional, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos foi analisado pelo Comitê de Auditoria. O resultado desse processo não trouxe, ao Comitê, preocupações no tocante aos pontos examinados.

A Auditoria Interna através de seus relatórios, não trouxeram ao conhecimento do Comitê, a existência de riscos residuais que pudessem afetar o grau de solidez e a continuidade das operações do Banco.

**Demonstrações Financeiras:**

O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco na elaboração das Demonstrações Financeiras, verificando-se que estão de acordo com as práticas vigentes no Brasil, e em cumprimento as normas editadas pelo Banco Central do Brasil.

**Conclusões:**

Ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, e com base nas atividades que desenvolveu no período, o Comitê conclui que durante o semestre findo em 31 de dezembro 2022:

- os sistemas de controles internos, a política de conformidade (Compliance) e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital são adequados ao porte e complexidade do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e ao apetite de riscos aprovado, tendo sido acompanhado o cumprimento do disposto na regulamentação vigente, com evidenciação das deficiências detectadas;
- a cobertura e a qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna são satisfatórias, inclusive quanto a verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dos regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas e atuando com adequada independência;
- as práticas contábeis relevantes adotadas pelo Banco estão alinhadas com as adotadas no Brasil, incluindo o cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como com as normas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); e
- são adequadas as informações fornecidas pela KPMG Auditores Independentes Ltda, inclusive quanto a verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dos regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas, nas quais o Comitê apoia sua recomendação sobre as demonstrações contábeis, não sendo identificada qualquer situação que pudesse prejudicar a objetividade e independência do Auditor Independente.

No decorrer das demais atividades executadas, o Comitê não tomou conhecimento sobre a ocorrência de fraudes ou de descumprimento de normas legais e regulamentares ou de erros de controles internos, contabilidade e auditoria que pudessem colocar em risco a continuidade do Banco.

Com base no exporto, este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras auditadas do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 24 de março de 2023.

Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,

CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

[kpmg.com.br](http://kpmg.com.br)

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas do  
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.  
São Paulo – SP**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3g e 9, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, as operações de crédito e câmbio são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). O Banco aplica os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o Banco reconhece uma provisão adicional, com base em metodologia interna. A classificação das operações de crédito em níveis de risco e a mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito envolvem premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e a complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

### Como nossa auditoria abordou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, às metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Adicionalmente, avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais e os valores dados em garantias formais, incluindo as metodologias e premissas utilizadas para a provisão. Analisamos o cálculo aritmético da provisão, incluindo na avaliação o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

## **Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo avaliação das estruturas de hedge contábil**

Conforme notas explicativas nº 3.f e 7 item 4, o Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e mitigação de riscos de moedas estrangeiras e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados. Esses instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Swap, *Non Deliverable Forward* (NDF) e Futuros. A metodologia de marcação a mercado desses instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte. Adicionalmente, o Banco possui contratos de Futuros, que foram realizados com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Essas operações foram designadas como derivativo de “*hedge*” e classificados em operações de “*Hedge*” de Risco de Mercado ou “*Hedge*” de Fluxo de Caixa. As operações designadas para “*hedge*” são mensuradas a valor de mercado. A mensuração a valor justo tanto dos derivativos como do item objeto de “*hedge*” devem atender aos critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02, norma que estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, além de políticas e controles para garantir a sua efetividade. Devido à incerteza sobre as premissas e estimativas envolvidas para precificação dos instrumentos financeiros derivativos e para mensuração a valor de mercado do item objeto de “*hedge*”, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave adotados pelo Banco para mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo os derivativos destinados a “*hedge*”, e dos itens objeto de “*hedge*”. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos os modelos desenvolvidos pelos profissionais do Banco para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos critérios para definição dos parâmetros e das informações incluídas nos modelos de precificação utilizados, recalculamos o valor das operações e comparamos as premissas usadas para determinação do valor justo com operações similares no mercado. Ainda, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento das estratégias de proteção adotadas pelo Banco, incluindo aquelas relacionadas a contabilidade de *hedge* para preservar o *spread* das aplicações, depósitos interfinanceiros e operações de repasse. Avaliamos a suficiência da documentação preparada pelo Banco que suporta a designação como contabilidade de “*hedge*”, especificamente as designações formais contendo as descrições de todas as estratégias e metodologias utilizadas para mensuração da efetividade. Efetuamos ainda o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pelo Banco. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pelas normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima summarizados, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo os derivativos destinados a “*hedge*”, e dos itens objeto de “*hedge*”, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Luciáha Liberal Sâmia  
Contadora CRC 1SP198502/O-8

ATIVO	Nota	Dezembro/2022	Dezembro/2021	PASSIVO	Nota	Dezembro/2022	Dezembro/2021
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>80.261</b>	<b>567.751</b>	<b>PASSIVOS FINANCIEROS</b>		<b>7.140.819</b>	<b>6.269.918</b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>9.301.636</b>	<b>7.809.256</b>	<b>Depósitos</b>	14.a	<b>2.139.016</b>	<b>1.671.795</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5	<b>3.292.408</b>	<b>1.730.187</b>	Depósitos à vista		90.076	147.287
Aplicações no mercado aberto		2.041.055	910.312	Depósitos interfinanceiros		204.208	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.126.112	819.874	Depósitos a prazo		1.844.732	1.524.508
Aplicações em moeda estrangeira		125.241	1	<b>Captações no Mercado Aberto</b>	14.c	<b>31.006</b>	-
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	6	<b>1.816.302</b>	<b>2.206.441</b>	<b>Recursos de aceites e Emissão de títulos</b>	15	<b>100.128</b>	-
Carteira própria		1.249.619	1.671.170	<b>Relações Interfinanceiras</b>		-	-
Vinculados Prestação de Garantias		566.683	535.271	<b>Relações Interdependências</b>		45.733	55.271
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	7	<b>237.733</b>	<b>65.081</b>	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	7	<b>94.155</b>	<b>102.928</b>
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>404.298</b>	<b>537.987</b>	<b>Obrigações por empréstimos no Exterior</b>	16.a	<b>830.006</b>	<b>927.194</b>
Depósitos no Banco Central do Brasil - BACEN		2.525	3.015	<b>Obrigações por repasses do Exterior</b>	16.b	<b>3.308.293</b>	<b>2.807.402</b>
Repasses Interfinanceiros	8	401.872	535.121	<b>Carteira de câmbio</b>	10	<b>592.482</b>	<b>705.328</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(99)	(149)	<b>OUTROS PASSIVOS</b>	17	<b>57.344</b>	<b>118.583</b>
Correspondentes no país		-	-	<b>PROVISÕES</b>		<b>64.193</b>	<b>68.684</b>
<b>Operações de Crédito</b>		<b>2.067.603</b>	<b>1.685.692</b>	Fiscais, cíveis e trabalhistas	18	20.739	32.343
Empréstimos	9.a	2.071.403	1.688.319	Outras	17.b	43.454	36.341
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.e	(3.800)	(2.627)	<b>PASSIVOS FISCAIS</b>		<b>156.841</b>	<b>138.040</b>
<b>Operações de Câmbio</b>		<b>1.483.292</b>	<b>1.583.868</b>	Passivos tributários correntes		81.216	61.989
Carteira de Câmbio	10	1.484.752	1.586.013	Obrigações fiscais diferidas	20.c	75.625	76.051
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.e	(1.460)	(2.145)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.114.317</b>	<b>1.949.829</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	12	<b>66.964</b>	<b>38.258</b>	Capital:		1.559.699	1.559.699
<b>ATIVOS FISCAIS</b>	11	<b>78.802</b>	<b>122.391</b>	De domiciliados no país		2	2
Ativos tributários correntes		21.990	18.184	De domiciliados no exterior		1.559.697	1.559.697
Crédito Tributário		56.812	104.207	Reservas de Lucros		564.865	427.642
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>123</b>	<b>123</b>	Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	6.a	(902)	(993)
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	13.a	<b>2.967</b>	<b>3.404</b>	Hedge Fluxo de Caixa		(14.062)	(51.163)
Outras imobilizações de uso		16.541	16.288	Ajustes Ref. Passivos Atuariais- CVM 600		(16.116)	(9.603)
Depreciações acumuladas		(13.574)	(12.884)	Ajustes variação cambial investimentos		20.833	24.247
<b>INTANGIVEL</b>	13.b	<b>2.761</b>	<b>3.871</b>				
Ativos Intangíveis		14.727	14.457				
Amortizações acumuladas		(11.966)	(10.586)				
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>9.533.514</b>	<b>8.545.054</b>	<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>9.533.514</b>	<b>8.545.054</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**
**Demonstrações dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)*

	Nota	2º Semestre	Dezembro/2022	Dezembro/2021
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<u>264.588</u>	<u>497.414</u>	<u>720.512</u>
Operações de crédito	21.a	140.928	243.874	202.244
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21.b	325.132	554.411	196.939
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21.c	(242.301)	(358.815)	183.992
Resultado de operações de câmbio	21.d	40.829	57.944	137.337
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<u>(192.450)</u>	<u>(297.139)</u>	<u>(522.639)</u>
Operações de captação no mercado	21.e	(143.796)	(234.047)	(80.693)
Operações de empréstimos e repasses	21.f	(48.654)	(63.092)	(441.946)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<u>72.138</u>	<u>200.275</u>	<u>197.873</u>
<b>(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito</b>	9.e	1.313	(489)	(1.058)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<u>(30.774)</u>	<u>45.497</u>	<u>38.453</u>
Receitas de prestação de serviços	21.g	53.321	93.044	48.331
Despesas de pessoal	21.h	(49.701)	(92.031)	(77.245)
Outras despesas administrativas	21.i	(33.117)	(63.032)	(51.599)
Despesas tributárias	21.j	(10.000)	(20.648)	(14.645)
Outras receitas / (despesas) operacionais	21.k	4.068	116.559	101.417
(Provisão) / Reversão de provisão para passivos contingentes	21.l	4.655	11.605	32.194
<b>Resultado operacional</b>		<u>42.677</u>	<u>245.283</u>	<u>235.268</u>
<b>Resultado não operacional</b>		<u>20</u>	<u>29</u>	<u>16</u>
<b>Resultado antes da tributação</b>		<u>42.697</u>	<u>245.312</u>	<u>235.284</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	20	<u>(10.890)</u>	<u>(103.084)</u>	<u>(75.672)</u>
Imposto de Renda		(21.561)	(44.252)	(32.037)
Contribuição Social		(19.242)	(36.964)	(29.952)
Ativo Diferido Fiscal		29.913	(21.868)	(13.683)
<b>Participações estatutárias</b>		<u>(2.765)</u>	<u>(5.005)</u>	<u>(3.605)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>		<u>29.041</u>	<u>137.223</u>	<u>156.007</u>
<b>Quantidade de ações</b>		<u>1.559.699</u>	<u>1.559.699</u>	<u>1.559.699</u>
<b>Lucro por lote de mil ações - R\$</b>		<u>18,62</u>	<u>87,98</u>	<u>100,02</u>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**  
**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
*(Em milhares de Reais)*

	<u>2º Semestre</u>	<u>Dezembro/2022</u>	<u>Dezembro/2021</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	29.041	137.223	156.007
<b>Resultado abrangente que podem ser reclassificado subsequentemente para o lucro líquido:</b>	<b>92.088</b>	<b>33.778</b>	<b>(47.873)</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>			
Variação de valor justo	(149)	165	(7.804)
Efeito Fiscal	67	(74)	3.512
<b>Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior</b>			
Variação de valor justo	(353)	(6.207)	6.567
Efeito Fiscal	159	2.793	(2.955)
<b>Hedges fluxo de caixa</b>			
Variação de valor justo	167.935	67.456	(85.805)
Efeito Fiscal	(75.571)	(30.355)	38.612
<b>Resultado abrangente que não podem ser reclassificado subsequentemente para o lucro líquido:</b>	<b>(6.513)</b>	<b>(6.513)</b>	<b>1.266</b>
<b>Ajustes Passivos Atuariais</b>			
Variação de valor justo	(11.842)	(11.842)	2.302
Efeito Fiscal	5.329	5.329	(1.036)
<b>Total de outros resultados abrangentes no período</b>	<b>85.575</b>	<b>27.265</b>	<b>(46.607)</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>114.617</b>	<b>164.488</b>	<b>109.400</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**  
**Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
*(Em milhares de Reais)*

Nota	Reserva Lucros				Outros Resultados Abrangentes				Total
	Capital realizado	Legal	Estatutárias	Próprios	Ganhos e Perdas - Hedge	Ajuste Passivos Atuariais	Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior	Lucros acumulado s	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.559.699</b>	<b>15.534</b>	<b>256.101</b>	<b>3.299</b>	<b>(3.970)</b>	<b>(10.869)</b>	<b>20.635</b>	<b>-</b>	<b>1.840.429</b>
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos				(4.292)	(47.193)				(51.485)
Ajuste passivos atuariais						1.266			1.266
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior							3.612		3.612
Resolução 4.524									
Lucro líquido do exercício								156.007	156.007
Reserva legal	19.c	7.800						(7.800)	-
Reserva estatutária	19.d		148.207					(148.207)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.559.699</b>	<b>23.334</b>	<b>404.308</b>	<b>(993)</b>	<b>(51.163)</b>	<b>(9.603)</b>	<b>24.247</b>	<b>-</b>	<b>1.949.829</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.559.699</b>	<b>23.334</b>	<b>404.308</b>	<b>(993)</b>	<b>(51.163)</b>	<b>(9.603)</b>	<b>24.247</b>	<b>-</b>	<b>1.949.829</b>
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos				91	37.101				37.192
Ajuste passivos atuariais					(6.513)				(6.513)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior						(3.414)			(3.414)
Resolução 4.524									
Lucro líquido do exercício							137.223		137.223
Reserva legal		6.861						(6.861)	-
Reserva estatutária			130.362					(130.362)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.559.699</b>	<b>30.195</b>	<b>534.670</b>	<b>(902)</b>	<b>(14.062)</b>	<b>(16.116)</b>	<b>20.833</b>	<b>-</b>	<b>2.114.317</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	<b>1.559.699</b>	<b>28.743</b>	<b>507.081</b>	<b>(820)</b>	<b>(106.426)</b>	<b>(9.603)</b>	<b>21.027</b>	<b>-</b>	<b>1.999.701</b>
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos				(82)	92.364				92.282
Ajuste passivos atuariais					(6.513)				(6.513)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior						(194)			(194)
Resolução 4.524									
Lucro líquido do semestre							29.041		29.041
Reserva legal	19.c	1.452						(1.452)	-
Reserva estatutária	19.d		27.589					(27.589)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.559.699</b>	<b>30.195</b>	<b>534.670</b>	<b>(902)</b>	<b>(14.062)</b>	<b>(16.116)</b>	<b>20.833</b>	<b>-</b>	<b>2.114.317</b>
								0	

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	<b>2º Semestre</b>	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>5.731</b>	<b>10.677</b>	<b>121.889</b>
<b>Resultado do período</b>	<b>29.041</b>	<b>137.223</b>	<b>156.007</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>	<b>(23.310)</b>	<b>(126.546)</b>	<b>(34.118)</b>
Ajuste ao Valor de Mercado de T.V.M e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	(6.360)	(125.490)	(25.219)
Resultado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	140	(166)	7.804
Ajuste de Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1.313)	488	1.059
Ajuste de Provisão (reversão) para Operações Interfinanceiras	11	(50)	27
Ajuste de Provisão (reversão) para garantias financeiras prestadas	2.054	3.727	3.394
Depreciações e Amortizações	1.014	2.070	2.137
Ajuste de Provisão para Riscos Fiscais	1.095	10.690	(2.783)
Ajuste de Provisão para Passivos Contingentes	(3.560)	(915)	(29.412)
Tributos Diferidos	(29.913)	(21.868)	13.683
(Atualização) Monetária / Reversão de Depósitos Judiciais	(45)	(223)	(395)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	13.567	6.290	4.557
Outros	0	(1.099)	(8.970)
<b>Variação de Ativos e Passivos</b>	<b>86.082</b>	<b>(1.250.786)</b>	<b>(691.652)</b>
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(366.460)	(1.311.234)	(121.491)
(Aumento) Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	(31.234)	334.370	(346.160)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(106.845)	124.201	(72.263)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(27.857)	(383.084)	432.609
(Aumento) Redução em Operações da Carteira de Câmbio	438.180	(11.585)	(596.807)
(Aumento) Redução em Negociação e Intermediação de Valores (Ativos/Passivos)	(8.849)	(115.074)	70.929
(Aumento) Redução em Outros Ativos	62.270	55.419	(38.706)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	40.803	19.227	61.989
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(12.308)	(3.202)	(32.573)
(Redução) Aumento em Outros Passivos	98.382	40.176	(49.179)
<b>Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>91.813</b>	<b>(1.240.109)</b>	<b>(569.763)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
(Aquisição) Alienação de Imobilizado Intangível	640	1.111	(968)
(Aquisição) Alienação de Imobilizado de Uso	231	437	(1.449)
<b>Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>872</b>	<b>1.548</b>	<b>(2.417)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento (Redução) em Depósitos	328.205	467.221	(631.730)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	31.006	31.006	0
Aumento (Redução) em Recursos de aceites e emissão de títulos	100.128	100.128	0
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(381.212)	403.702	368.213
<b>Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de financiamentos</b>	<b>78.127</b>	<b>1.002.057</b>	<b>(263.517)</b>
<b>Aumento / (Redução) das Disponibilidades</b>	<b>170.812</b>	<b>(236.504)</b>	<b>(835.697)</b>
Disponibilidades no Início do Período	70.916	567.751	119.391
Equivalente de Caixa no Início do Período	125.719	36.199	2.230.568
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no início do período	196.635	603.950	2.349.959
Disponibilidades no Final do Período	80.261	80.261	567.751
Equivalente de Caixa no Final do Período	287.186	287.186	946.511
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no final do período	367.447	367.447	1.514.262
<b>Variações em Disponibilidades Líquidas e Equivalente de Caixa no período</b>	<b>170.812</b>	<b>(236.504)</b>	<b>(835.697)</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras** *(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (“Banco”) está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio e de investimento, nos termos da Resolução nº 2.099/94 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Em 18 de janeiro de 2012, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil para a instalação de uma agência nas Ilhas Cayman. A documentação de aprovação para a instalação da agência foi emitida em 08 de janeiro de 2013. O Banco iniciou efetivamente, as atividades operacionais na agência em setembro de 2013. Os saldos contábeis das dependências no exterior estão contemplados nas demonstrações financeiras.

### **2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução CMN n.º 4.818/2020 .

Na elaboração dessas demonstrações financeiras, foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01)
- Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxo de caixa (CPC 03)
- Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
- Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24)
- Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10)
- Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02)
- Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04)
- Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27)
- Resolução CMN nº 4.636/18 - Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1)
- Resolução CMN nº 4.818/20 - Resultado por Ação (CPC 41)

- Resolução CMN nº 4.877/20 - Benefícios a empregados (CPC 33 R1)
- Resolução CMN nº 4.924/21 – Reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis (CPC 00 R2, CPC 01 R1, CPC 23, CPC 46 e CPC 47)

### **Plano para implementação Resolução CMN nº 4.966/21:**

Em cumprimento ao disposto no art. 76 da Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, que estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, alinhado os critérios contábeis do COSIF estabelecidos pela norma internacional - IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco elaborou o plano de implementação da nova regulamentação contábil, considerando o cenário, ramo de atuação, estratégia de mercado e a estrutura de gerenciamento de riscos. A Administração do Banco entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas, controles e sistemas. Estabelecemos um cronograma macro de implementação que contempla a realização de atividades ao longo dos exercícios de 2023 e 2024, dependendo ainda de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão mensurados após a definição completa dos normativos regulatórios.

Basicamente, o plano de implementação cobre as seguintes etapas: (i) avaliação; (ii) desenho; (iii) desenvolvimento; (iv) testes e homologações; (v) atividades de transição e (vi) adoção inicial.

Dentre os principais desafios requeridos pela norma, destacamos: (a) requerimentos de classificação; (b) requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais; (c) mensuração subsequente; (d) reconhecimento e mensuração do produto câmbio; (e) perdas esperadas e (f) estratégias de transição.

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 foi concedida pela Diretoria em 24 de março de 2023.

## **3 Principais práticas contábeis**

O Banco adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras:

### **a. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação do Banco é o Real.

As operações realizadas pela agência no exterior (Cayman) possuem como moeda funcional Dólar, porém para efeito da apresentação e consolidação no Banco o valor é convertido para reais de acordo com a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil.

O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com a resolução CMN nº 4.524/16.

**b. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “*pro rata die*” para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

**c. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**d. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**e. Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram na categoria de títulos para negociação e nem são mantidos até o vencimento são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

**f. Instrumentos financeiros derivativos**

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Instrumentos Financeiros Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (*Banking Book*) e de negociação (*Trading Book*). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em Bolsa de Valores são usados, dentro dos limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Esses limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são reportados diariamente à alta administração.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, de 31 de janeiro de 2002, e a Carta-Circular BACEN nº 3.026, de 5 de julho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de *Swap* e *Non Deliverable Forward* ("NDF") e também *Futuros*, contabilizados com os seguintes critérios:

- Operações com futuros:

Os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

- Operações *Swap* e *Non Deliverable Forward*:

Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "*pro-rata die*" até a data do balanço.

As operações com instrumentos derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (*hedge*) à exposição global de riscos e que não caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

- Instrumentos financeiros considerados como *hedge*:
  - De risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.
  - De fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.
  - No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro do intervalo de 80% e 125%.

**g. Operações de crédito, câmbio e provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

As operações de crédito e câmbio são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o Banco faz uma provisão adicional, com base em metodologia interna, elaborada pela sua matriz.

O Banco possui políticas e procedimentos definidos para concessão de crédito, aprovados por seu Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do Banco. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do “*Obligor Grade*” - “*grading*” do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

O Banco contabiliza provisão sobre as garantias prestadas e operações de fianças, utilizando como critério, as mesmas políticas, observando, no mínimo, as premissas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação e seus devedores, conforme já mencionado acima.

**h. Outros ativos**

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

**i. Ativo imobilizado**

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do período. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

Atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

**j. Ativo intangível**

O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por benfeitorias em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do período, amortizadas pelo prazo contratual de locação.

Atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera- se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

**k. Redução do valor recuperável de ativos não monetários**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativo (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

**l. Atualização monetária de direitos e obrigações**

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

**m. Depósitos**

Os depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata die*”.

**n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC nº 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.
- **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporam os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida pela administração com base no parecer dos advogados, tendo em vista a possibilidade de perda na causa.

- **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos extratos bancários dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN.

#### **o. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para os períodos de Agosto a Dezembro/2022 é 21% conforme estabelecido pela Lei n. 14.446/2022. À partir de 2023 a alíquota aplicável retorna a ser de 20% de acordo com a Lei n. 7.689/1988.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução n° 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, em pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social. Levamos em consideração para a sua constituição o período previsto para a sua realização, dessa forma, foi utilizada a alíquota da contribuição social prevista para o ano de 2023 em diante.

**p. Plano de benefícios a funcionários**

O plano de benefícios pós-empregado compreende o compromisso assumido pelo Banco de complemento dos benefícios do sistema de previdência.

***Plano de Benefício Definido***

Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis.

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

O Banco Central emitiu em 25 de dezembro de 2015 a Resolução CMN nº 4.877/2020 onde ele define que as instituições financeiras devem observar a partir de 1º de janeiro de 2016 o “Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

O Banco adota as premissas e os efeitos da adoção do CPC 33 (R1) desde 2013.

**q. Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda deferido ativo, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos e estrutura de hedge. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

**r. Resultado não recorrente**

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
<b>Disponibilidades</b>	80.261	567.751
(*)Aplicações de depósitos interfinanceiros	287.186	36.199
Aplicações em depósitos interfinanceiros	161.945	36.198
Aplicações em moedas estrangeiras	125.241	1
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>367.447</b>	<b>603.950</b>

(\*) Referem-se a operações com prazo original ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

## 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações no mercado aberto, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão compostas como segue:

	Dezembro/2022			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Aplicações no mercado aberto</b>	-	-	2.041.055	2.041.055
<b>Posição bancada</b>	-	-	2.041.055	2.041.055
Letras Tesouro Nacional	-	-	2.041.055	2.041.055
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	-
 <b>(*)Aplicações de depósitos interfinanceiros</b>	<b>161.945</b>	<b>555.709</b>	<b>408.458</b>	<b>1.126.112</b>
Não ligadas	161.945	555.716	408.235	1.125.896
Marcação a mercado - hedge objeto	-	(7)	223	216
 <b>Aplicações em moeda estrangeira</b>	<b>125.241</b>	-	-	<b>125.241</b>
 <b>Total</b>	<b>287.186</b>	<b>555.709</b>	<b>2.449.513</b>	<b>3.292.408</b>
Dezembro/2021				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Aplicações no mercado aberto</b>	-	-	910.312	910.312
<b>Posição bancada</b>	-	-	910.312	910.312
Letras Tesouro Nacional	-	-	580.198	580.198
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	330.114	330.114
 <b>(*)Aplicações de depósitos interfinanceiros</b>	<b>36.198</b>	<b>423.377</b>	<b>360.299</b>	<b>819.874</b>
Não ligadas	36.198	423.377	360.299	819.874
 <b>Aplicações em moeda estrangeira</b>	<b>1</b>	-	-	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>36.199</b>	<b>423.377</b>	<b>1.270.611</b>	<b>1.730.187</b>

## 6 Títulos e valores mobiliários

O Banco não adota como estratégia de atuação a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de negociá-los de forma ativa e frequente. O valor apresentado em cotas de fundos multimercado estão representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo sendo o mesmo o SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior (“SMBCB Onshore”).

Abaixo, mais detalhes da carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	<b>Dezembro/2022</b>		<b>Dezembro/2021</b>	
	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Valor de Curva</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Valor de Curva</b>
<b><u>Títulos para negociação</u></b>				
Cotas de fundos multimercado - SMBCB				
Onshore Fundo de Investimento Multimercado	245.740	245.740	219.642	219.642
Investimento no Exterior				
Longo Prazo				
<b>Total - Títulos para negociação</b>	<b>245.740</b>	<b>245.740</b>	<b>219.642</b>	<b>219.642</b>
<b><u>(*)Títulos disponíveis para venda</u></b>				
<b><u>Carteira própria</u></b>				
Letras Financeiras do Tesouro	508.910	508.785	921.163	921.010
Debentures	494.632	495.971	530.065	496.077
Cotas de fundos de participação – FIP Brasil Sustentabilidade	337	641	300	641
	<b>1.003.879</b>	<b>1.005.397</b>	<b>1.451.528</b>	<b>1.417.728</b>
<b><u>Vinculados à compromissos de recompra</u></b>				
<b><u>Vinculados à prestação de garantias</u></b>				
Letras Financeiras do Tesouro	566.683	566.804	535.271	536.286
	<b>566.683</b>	<b>566.804</b>	<b>535.271</b>	<b>536.286</b>
<b>Total - disponíveis para venda</b>	<b>1.570.562</b>	<b>1.572.201</b>	<b>1.986.799</b>	<b>1.954.014</b>
<b>Total geral</b>	<b>1.816.302</b>	<b>1.817.941</b>	<b>2.206.441</b>	<b>2.173.656</b>

(\*) Os títulos classificados na categoria disponíveis para venda possuem o valor de ajuste a valor de mercado registrado em contas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, líquido dos efeitos tributários, de R\$ (902) em 31 de dezembro de 2022 (R\$ (993) em 31 de dezembro de 2021).

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado com base em cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado e modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são apurados da seguinte forma:

- **Títulos indexados à Taxas SELIC e DI** – O valor de mercado é obtido pela atualização do preço unitário de emissão pela SELIC acumulada no período, considerando o ágio ou deságio obtido junto ao mercado. O ágio ou deságio utilizado é obtido diariamente da expectativa da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais para cada vencimento no dia anterior ao cálculo.
- **Títulos indexados a taxas prefixadas** – O valor de mercado é obtido através da taxa de desconto do(s) fluxo(s) futuro de pagamento do papel. A taxa é apurada através da curva de juros pré da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em casos de títulos privados adicionado o risco de crédito da contraparte.
- **Cotas de fundos de investimentos** – O fundo de investimento é avaliado com base no último valor de cota divulgada pelo respectivo administrador, na data do balanço do patrimônio do respectivo fundo.
- **Debêntures**: O valor de mercado é obtido através de curva considerando *spread* de crédito obtido metodologias internas que consideram o rating interno do emissor.

Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC).

As cotas de fundos e as debêntures estão registradas e custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

## 7 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos de operações de *Swap*, *Non Deliverable Forward* – NDF e futuros, encontram-se custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

Abaixo segue os instrumentos financeiros derivativos explanados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<b>POSIÇÃO ATIVA</b>	<b>Dezembro/2022</b>		
	<b>Valor de Curva</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Valor Referencial do Contrato</b>
<b>SWAP</b>			
PRE x CDI	21	36	19.000
PRE x DOLAR	27.959	23.819	452.208
CDI x DOLAR	81.272	199.002	1.639.250
	<b>109.252</b>	<b>222.857</b>	<b>2.110.458</b>
<b>NDF</b>			
PRE x DOLAR	17.230	7.829	174.110
DOLAR x PRE	2.310	8.006	31.179
	<b>19.540</b>	<b>15.835</b>	<b>205.289</b>
<b>Credit value adjustment (CVA)</b>			
CVA	-	(959)	-
	-	<b>(959)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>128.792</b>	<b>237.733</b>	<b>2.315.747</b>

	<b>Dezembro/2021</b>		
	<b>Valor de Curva</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Valor Referencial do Contrato</b>
<b>SWAP</b>			
PRE x CDI	4.798	2.268	83.800
PRE x DOLAR	3.356	(796)	141.317
CDI x DOLAR	7.933	11.536	518.575
	<b>16.087</b>	<b>13.008</b>	<b>743.692</b>
<b>NDF</b>			
PRE x DOLAR	10.131	8.369	144.567
DOLAR x PRE	30.552	40.848	158.606
PRE x EURO	11	10	59
PRE x IENE	2.792	2.935	1.885.697
	<b>43.486</b>	<b>52.162</b>	<b>2.188.929</b>
<b>Credit value adjustment (CVA)</b>			
CVA	-	(89)	-
	-	<b>(89)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>59.573</b>	<b>65.081</b>	<b>2.932.621</b>

POSIÇÃO PASSIVA	Dezembro/2022		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
<b>SWAP</b>			
PRE x CDI	3.579	11.091	534.649
PRE x DOLAR	2.207	2.583	18.616
CDI x DOLAR	54.369	12.712	1.430.158
	<b>60.155</b>	<b>26.386</b>	<b>1.983.423</b>
<b>NDF</b>			
PRE x DOLAR	2.208	10.493	71.856
DOLAR x PRE	67.706	53.621	299.104
PRE x EURO	82	273	1.679
PRE x IENE	1.431	3.382	2.013.186
	<b>71.427</b>	<b>67.769</b>	<b>2.385.825</b>
<b>Total</b>	<b>131.582</b>	<b>94.155</b>	<b>4.369.248</b>

	Dezembro/2021		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
<b>SWAP</b>			
CDI x PRE	313	321	499
PRE x DOLAR	27.095	42.798	544.457
CDI x DOLAR	37.766	24.193	830.000
	<b>65.174</b>	<b>67.312</b>	<b>1.374.956</b>
<b>NDF</b>			
PRE x DOLAR	28.554	29.263	68.291
DOLAR x PRE	16.070	6.353	131.200
	<b>44.624</b>	<b>35.616</b>	<b>199.491</b>
<b>Total</b>	<b>109.798</b>	<b>102.928</b>	<b>1.574.447</b>

### 1- Composição de valor nominal por vencimento

	Dezembro/2022			
	Até 3 meses	De 3 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Operações de SWAP</b>				
PRE x CDI	2.200	16.800	534.649	553.649
PRE x DOLAR	70.257	241.567	159.000	470.824
CDI x DOLAR	72.000	40.000	2.957.408	3.069.408
	<b>144.457</b>	<b>298.367</b>	<b>3.651.057</b>	<b>4.093.881</b>
<b>Operações de NDF</b>				
PRE x DOLAR	180.291	65.675	-	245.966
DOLAR x PRE	77.722	212.640	39.921	330.283
PRE x EUR	1.022	657	-	1.679
PRE x IENE	713.186	1.300.000	-	2.013.186
	<b>972.221</b>	<b>1.578.972</b>	<b>39.921</b>	<b>2.591.114</b>
<b>Total</b>	<b>1.116.678</b>	<b>1.877.339</b>	<b>3.690.978</b>	<b>6.684.995</b>

	Dezembro/2021			
	Até 3 meses	De 3 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Operações de SWAP</b>				
CDI x PRE	178	322	-	500
PRE x CDI	7.200	76.600	-	83.800
PRE x DOLAR	41.416	420.653	223.705	685.774
CDI x DOLAR	72.000	308.325	968.249	1.348.574
	<b>120.794</b>	<b>805.900</b>	<b>1.191.954</b>	<b>2.118.648</b>

**Operações de NDF**

PRE x DOLAR	130.907	81.951	-	212.858
DOLAR x PRE	80.583	163.039	46.184	289.806
PRE x EUR	59	-	-	59
PRE x IENE	875.697	1.010.000	-	1.885.697
	<b>1.087.246</b>	<b>1.254.990</b>	<b>46.184</b>	<b>2.388.420</b>
<b>Total</b>	<b>1.208.040</b>	<b>2.060.890</b>	<b>1.238.138</b>	<b>4.507.068</b>

**2- Composição do valor nominal por local de negociação**

	<b>Dezembro/2022</b>		
	<b>Bolsa</b>	<b>Balcão</b>	<b>Valor nominal</b>
<b>Swaps</b>	-	4.093.881	4.093.881
<b>NDF</b>	-	2.591.114	2.591.114
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>6.684.995</b>	<b>6.684.995</b>

	<b>Dezembro/2021</b>		
	<b>Bolsa</b>	<b>Balcão</b>	<b>Valor nominal</b>
<b>Swaps</b>	499	2.118.149	2.118.648
<b>NDF</b>	-	2.388.420	2.388.420
<b>Total</b>	<b>499</b>	<b>4.506.569</b>	<b>4.507.068</b>

**3- Comparação entre valor de curva e o valor de mercado**

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de SWAP e NDF, são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

**Futuros - B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão**

	Dezembro/2022			
	Valor de referência (contábil)			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>FUTUROS - Valor referencial</b>				
<b>Compra</b>				
Cupom Cambial	499.377	1.281.991	4.645.364	6.435.732
Moeda Estrangeira	461.650	-	-	461.650
Taxa de Juros	74.109	433.929	48.505	556.543
	<b>1.035.136</b>	<b>1.715.920</b>	<b>4.702.869</b>	<b>7.453.925</b>
<b>Venda</b>				
Cupom Cambial	470.242	381.937	731.986	1.584.165
Taxa de Juros	92.672	367.399	1.099.206	1.559.277
	<b>562.914</b>	<b>749.336</b>	<b>1.831.192</b>	<b>3.143.442</b>
<b>Total</b>	<b>1.598.050</b>	<b>2.465.256</b>	<b>6.534.061</b>	<b>10.597.367</b>
	Dezembro/2021			
	Valor de referência (contábil)			
	Até 3 meses	De 3 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>FUTUROS - Valor referencial</b>				
<b>Compra</b>				
Cupom Cambial	576.182	935.553	2.227.757	3.739.492
Moeda Estrangeira	322.972	-	-	322.972
Taxa de Juros	222.772	266.029	106.482	595.283
	<b>1.121.926</b>	<b>1.201.582</b>	<b>2.334.239</b>	<b>4.657.747</b>
<b>Venda</b>				
Cupom Cambial	-	27.799	18.897	46.696
Moeda Estrangeira	696.167	-	-	696.167
Taxa de Juros	-	606.259	148.823	755.082
	<b>696.167</b>	<b>634.058</b>	<b>167.720</b>	<b>1.497.945</b>
<b>Total</b>	<b>1.818.093</b>	<b>1.835.640</b>	<b>2.501.959</b>	<b>6.155.692</b>

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada descontando-se os valores futuros à valor presente pelas curvas de taxas de juros por metodologia de mercado à qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

O ajuste de marcação a mercado apurados com instrumentos financeiros derivativos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 26.472 (R\$ 10.746 em 31 de dezembro de 2021), e registrado em contas de resultado.

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são influenciados diretamente pelas taxas de juros de mercado praticadas por ocasião de sua negociação, bem como pela variação da taxa do dólar, e estão assim compostos:

Instrumentos financeiros derivativos	Resultado		
	2º Sem. 2022	Dezembro/2022	Dezembro/2021
“Swap”	214.853	530.199	(61.530)
“NDF”	(4.304)	(5.774)	175.084
Mercado de Futuros	(452.850)	(883.240)	70.438
<b>Total</b>	<b>(242.301)</b>	<b>(358.815)</b>	<b>183.992</b>

#### 4- “Hedge accounting”

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco possuia operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Tais operações foram designadas como *hedge* contábil e foram segregados entre:

- **Hedge de risco de mercado** – destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “hedge” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período.
- **Hedge de fluxo de caixa** – destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, a parcela identificada como não efeito deverá ser refletida no resultado. Os respectivos itens objeto de “hedge” são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço.

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Futuros, designadas instrumentos de “hedge”, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

#### 4.1 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de risco de mercado

Descrição	Indexador	Vencimentos - Valor Mercado			Total
		Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	
Futuros	Cupom Cambial	(104.916)	(346.632)	-	(451.548)
<b>Total</b>		<b>(104.916)</b>	<b>(346.632)</b>	<b>-</b>	<b>(451.548)</b>

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
<b>Itens Objeto de “hedge”</b>		
<b>Ativo</b>		
<b>Aplicações depósitos interfinanceiros</b>		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	258.891	-
Valor do ajuste	(215)	-
Valor de mercado	259.106	-
<b>Capital de Giro</b>		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	154.208	-
Valor do ajuste	222	-
Valor de mercado	153.986	-
<b>Notas de Crédito a Exportação</b>		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	52.150	-
Valor do ajuste	(26)	-
Valor de mercado	52.176	-
<b>Passivo</b>		
<b>Operações de repasse</b>		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	-	(157.715)
Valor do ajuste	-	1.099
Valor de mercado	-	(158.814)
<b>Total Valor a mercado Objeto de “hedge”</b>	<b>465.268</b>	<b>(158.814)</b>
<b>Instrumentos de “hedge”</b>		
<b>Ativo</b>		
Futuros	-	476.967
<b>Passivo</b>		
Futuros	(451.548)	-
<b>Total Valor a mercado Instrumento de “hedge”</b>	<b>(451.548)</b>	<b>476.967</b>

**4.2 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de fluxo de caixa**

Vencimentos - Valor Mercado					
Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Futuros	Cupom Cambial	1.287.292	1.228.242	149.499	2.665.033
<b>Total</b>		<b>1.287.292</b>	<b>1.228.242</b>	<b>149.499</b>	<b>2.665.033</b>

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
<b>Itens Objeto de “hedge”</b>		
<b>Passivo</b>		
Operações de repasse		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	(2.721.989)	(2.048.602)
<b>Instrumentos de “hedge”</b>		
<b>Ativo</b>		
Futuros	2.665.033	1.626.210
Reserva de hedge de fluxo de caixa	(14.062)	(51.163)

O valor de R\$ (14.062) em 31 de dezembro de 2022 e R\$ (51.163) em 31 de dezembro 2021 em Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa será reconhecido no resultado pelo prazo do vencimento do objeto de *hedge*.

## 8 Relações interfinanceiras

Refere-se à operações de repasse de empréstimo do exterior, à Instituição Financeira no país e no exterior (agência em *Cayman*). Os valores provisionados são baseados nas premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 e totalizam o montante de R\$ 99 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2021):

Dezembro/2022			
	Repasses Interfinanceiros	Provisão	Saldo Líquido
<b>A vencer:</b>			
Até 30 dias	25.117	10	25.107
De 31 a 60 dias	23.712	9	23.703
De 61 a 90 dias	20.894	8	20.886
De 91 a 180 dias	83.474	17	83.457
De 181 a 360 dias	89.637	23	89.614
Acima de 360 dias	159.038	32	159.006
<b>Total</b>	<b>401.872</b>	<b>99</b>	<b>401.773</b>

Dezembro/2021			
	Repasses Interfinanceiros	Provisão	Saldo Líquido
<b>A vencer:</b>			
Até 30 dias	777	-	777
De 31 a 60 dias	22.917	9	22.908
De 61 a 90 dias	22.447	9	22.438
De 91 a 180 dias	200.876	47	200.829
De 181 a 360 dias	56.357	23	56.334
Acima de 360 dias	231.747	61	231.686
<b>Total</b>	<b>535.121</b>	<b>149</b>	<b>534.972</b>

## 9 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão assim demonstradas:

### a. Por operação

Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 63)  
Comprar  
Capital de giro  
Notas de Créditos para Exportação - NCE  
**Total de operações de crédito**

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 63)	175.355	184.951
Comprar	-	6
Capital de giro	1.560.691	1.324.904
Notas de Créditos para Exportação - NCE	335.357	178.458
<b>Total de operações de crédito</b>	<b>2.071.403</b>	<b>1.688.319</b>

Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 10)  
Rendas a receber sobre adiantamentos (nota explicativa nº 10)  
**Total da carteira de crédito**

	881.985	841.446
	12.283	2.861
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>2.965.671</b>	<b>2.532.626</b>

Garantias Financeiras Prestadas  
**Total Com Garantias Financeiras Prestadas**

	3.236.655	2.317.309
<b>Total Com Garantias Financeiras Prestadas</b>	<b>6.202.326</b>	<b>4.849.935</b>

**b. Por vencimento**

	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
<b>A vencer</b>		
Até 30 dias	298.074	176.423
De 31 a 60 dias	547.804	62.821
De 61 a 90 dias	171.082	506.563
De 91 a 180 dias	412.841	575.010
De 181 a 360 dias	986.847	673.546
Acima de 360 dias	549.023	538.263
<b>Total</b>	<b>2.965.671</b>	<b>2.532.626</b>

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 31 de dezembro de 2022 representam 90,20% da carteira de crédito (89,49% em 31 de dezembro de 2021), no montante de R\$ 2.675.076 (R\$ 2.266.559 em 31 de dezembro de 2021).

**c. Por nível de risco (“rating”)**

<b>Dezembro/2022</b>						
<b>Nível de risco</b>	<b>% provisão 2.682</b>	<b>Total das operações</b>	<b>% da carteira</b>	<b>Provisão regular</b>	<b>Provisão adicional</b>	<b>Provisão total</b>
AA	-	2.604.977	87,8	-	3.159	3.159
A	0,50	342.883	11,6	1.714	138	1.852
B	1,00	16.488	0,6	165	33	198
C	3,00	1.323	0,0	40	11	51
<b>Total</b>		<b>2.965.671</b>	<b>100</b>	<b>1.919</b>	<b>3.341</b>	<b>5.260</b>

  

<b>Dezembro/2021</b>						
<b>Nível de risco</b>	<b>% provisão 2.682</b>	<b>Total das operações</b>	<b>% da carteira</b>	<b>Provisão regular</b>	<b>Provisão adicional</b>	<b>Provisão total</b>
AA	-	2.005.644	79,2	-	1.963	1.963
A	0,50	512.251	20,2	2.561	51	2.612
B	1,00	13.911	1	139	26	165
C	3,00	820	0	25	7	32
<b>Total</b>		<b>2.532.626</b>	<b>100</b>	<b>2.725</b>	<b>2.047</b>	<b>4.772</b>

**d. Por setor de atividade**

	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
<b>Setor privado</b>		
Indústria	1.283.941	1.091.165
Comércio	810.917	844.697
Outros serviços	572.886	337.774
<b>Setor Público</b>		
Federal	297.927	258.990
<b>Total</b>	<b>2.965.671</b>	<b>2.532.626</b>

**e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>4.772</b>	<b>3.713</b>
Reversão de provisão	(1.375)	(1.985)
Constituição de provisão	1.863	3.044
<b>Saldo final</b>	<b>5.260</b>	<b>4.772</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houveram operações recuperadas, renegociadas e nem operações baixadas para prejuízo.

**f. Garantias prestadas**

O Banco efetuou provisão para perdas associadas ao risco de crédito sobre essas garantias de acordo com requerimento da Resolução CMN nº 4.512/16 do CMN e a Carta Circular 3.782/16 (nota 17 - b). Os valores são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 12.602 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 8.874 em 31 de dezembro de 2021):

	Dezembro/2022		Dezembro/2021	
	Garantias Prestadas	Provisão	Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	15.473	-	6.261	(25)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	22.499	(73)	22.763	-
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	126.384	(156)	147.617	(203)
Vinculadas a Distribuição de TVM's - Oferta Pública	593.432	(2.967)	248.598	(1.243)
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	561.103	(1.158)	587.014	(1.182)
Outras Fianças Bancárias	921.379	(3.273)	810.287	(3.364)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	996.385	(4.975)	494.769	(2.857)
<b>Total</b>	<b>3.236.655</b>	<b>(12.602)</b>	<b>2.317.309</b>	<b>(8.874)</b>

**10 Carteira de câmbio**

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
<b>Ativo</b>		
Câmbio comprado a liquidar	1.202.277	1.062.047
Direitos sobre venda de câmbio	270.328	528.600
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(137)	(7.495)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 - a)	12.283	2.861
<b>Total</b>	<b>1.484.752</b>	<b>1.586.013</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio vendido a liquidar	272.292	532.340
Obrigações por compra de câmbio	1.202.175	1.014.434
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 9 - a)	(881.985)	(841.446)
<b>Total</b>	<b>592.482</b>	<b>705.328</b>

**11 Ativo Fiscais**

Estão representados pelos valores a seguir:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Crédito tributário - diferenças temporárias MTM	32.828	78.257
Crédito tributário – diferenças temporárias provisões	23.985	25.951
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	21.266	17.817
Outras antecipações de impostos	723	366
<b>Total</b>	<b>78.802</b>	<b>122.391</b>

## 12 Outros ativos

Estão representados pelos valores a seguir:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Negociação e intermediação de Valores	52.461	15.281
Rendas a Receber	3.108	1.636
Despesas antecipadas	2.644	1.022
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 17)	1.160	14.887
Outros	7.591	5.432
<b>Total</b>	<b>66.964</b>	<b>38.258</b>

## 13 Imobilizado de Uso e Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está assim representado:

### a. Imobilizado de uso

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Dezembro/2022			Dezembro/2021
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Instalações	10	4.394	(4.039)	355	655
Sistema de processamentos de dados	20	8.561	(6.333)	2.228	2.180
Móveis e equipamentos de uso	10	1.660	(1.413)	247	336
Sistema de comunicação	10	363	(246)	117	154
Sistema de segurança	10	302	(298)	4	6
Sistema de transporte	20	1.261	(1.245)	16	73
<b>Total</b>		<b>16.541</b>	<b>(13.574)</b>	<b>2.967</b>	<b>3.404</b>

### b. Intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Dezembro/2022			Dezembro/2021
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Software	20	10.763	(8.309)	2.454	3.821
Direito de uso	20	3.964	(3.657)	307	50
<b>Total</b>		<b>14.727</b>	<b>(11.966)</b>	<b>2.761</b>	<b>3.871</b>

## 14 Depósitos e captações no mercado aberto

### a. Depósitos

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Depósitos à vista	90.076	147.287
Depósitos à prazo	1.844.732	1.524.508
Depósitos interfinanceiros	204.208	-
	<b>2.139.016</b>	<b>1.671.795</b>

### b. Segregação de depósitos por prazo

	Dezembro/2022				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	90.076	-	-	-	90.076
Depósitos à prazo	-	380.062	707.650	757.020	1.844.732
Depósitos interfinanceiros	-	204.208	-	-	204.208
	<b>90.076</b>	<b>584.270</b>	<b>707.650</b>	<b>757.020</b>	<b>2.139.016</b>

  

	Dezembro/2021				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	147.287	-	-	-	147.287
Depósitos à prazo	-	257.038	715.983	551.487	1.524.508
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
	<b>147.287</b>	<b>257.038</b>	<b>715.983</b>	<b>551.487</b>	<b>1.671.795</b>

### c. Captações no mercado aberto

	Dezembro/2022		Dezembro/2021	
	Carteira de terceiros			
Letras do Tesouro Nacional	31.006	-		
	<b>31.006</b>	<b>-</b>		

## 15 Recursos de aceite e emissão de títulos

Composição das Letras Financeiras - Pós emitidas em 31 de dezembro de 2022:

	Valor emitido	Ano captação	Ano venc.	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Letras Financeiras	100.000	2022	2025	100.128	-
			Total	<b>100.128</b>	<b>-</b>

## 16 Obrigações por empréstimos e repasses

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, como segue:

### a. Obrigações por empréstimos no exterior

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de US\$ 159.093 (US\$ 166.167 em 31 de dezembro 2021) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 31 de agosto de 2023, sujeitos às taxas de juros de até 5,54% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 830.006 (R\$ 927.194 em 31 de dezembro de 2021).

### b. Obrigações por repasses do exterior

Os repasses do exterior, em 31 de dezembro de 2022, correspondem a US\$ 634.125 (US\$ 502.930 em 31 de dezembro 2021). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução BCB nº 278 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 0,47% a.a. até 5,77% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até 04 de janeiro de 2027. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.308.293 (R\$ 2.807.402 em 31 de dezembro de 2021):

	Dezembro/2022		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Obrigações por empréstimos no exterior	830.006	-	830.006
Obrigações por repasses do exterior	1.750.920	1.557.373	3.308.293
<b>Total</b>	<b>2.580.926</b>	<b>1.557.373</b>	<b>4.138.299</b>

	Dezembro/2021		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Obrigações por empréstimos no exterior	927.194	-	927.194
Obrigações por repasses do exterior	1.349.459	1.457.943	2.807.402
<b>Total</b>	<b>2.276.653</b>	<b>1.457.943</b>	<b>3.734.596</b>

(\*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado tido para operações de *hedge accounting*, no montante de R\$ 0 (R\$ 1.099 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa 7, item 4.

**17 Outros Passivos e Provisões****a. Outros Passivos**

Descrição	dez/22	dez/21
Passivos atuariais	30.357	17.971
Negociação e intermediação de valores	9.471	87.365
Sociais e Estatutárias	8.350	5.767
Impostos e Contribuições sobre salários	2.569	2.172
Resultado de exercícios futuros	2.387	1.539
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda fixa	833	378
Imposto Sobre Serviços – ISS	748	437
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	729	1.026
Cobrança e arrecadação de tributos federais	517	974
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	467	-
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	408	354
Outros	366	207
Programa de Integração Social	118	196
Impostos e contribuições - serviços de terceiros	24	17
<b>Total</b>	<b>57.344</b>	<b>118.583</b>
(*) Passivo circulante	57.344	118.583

(\*) O Banco considera as obrigações em sua integralidade como passivo circulante, uma vez que não há data definida para execução das obrigações, podendo ocorrer tanto em período inferior ou em período superior a um ano.

**b. Provisões**

	Dezembro/2022			Dezembro/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para risco fiscais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº17)	20.738	-	20.738	32.343	-	32.343
Provisão para despesas de pessoal	27.703	-	27.703	22.916	-	22.916
Provisão para despesas gerais	3.149	-	3.149	4.551	-	4.551
Garantias financeiras prestadas (nota explicativa nº9.f)	4.160	8.442	12.602	6.706	2.168	8.874
<b>Total</b>	<b>55.750</b>	<b>8.442</b>	<b>64.192</b>	<b>66.516</b>	<b>2.168</b>	<b>68.684</b>

## 18 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Entre os processos judiciais que envolvem o Banco, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

Descrição	Provisão		Depósitos judiciais	
	Dezembro/2022	Dezembro/2021	Dezembro/2022	Dezembro/2021
<b>Provisão para riscos fiscais:</b>				
ISS - RJ (a)	-	-	-	4.043
ISS - SP (b)	-	15	-	54
<b>Obrigações legais:</b>				
Desmutualização Cetip (c)	109	103	-	-
PIS emenda constitucional (d)	-	1.007	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	-	9.674	-	9.674
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>10.799</b>	<b>-</b>	<b>13.771</b>
<b>Provisão para riscos:</b>				
Cíveis (f)	14.311	12.403	-	-
Trabalhistas (g)	6.319	9.141	1.160	1.116
<b>Total</b>	<b>20.630</b>	<b>21.544</b>	<b>1.160</b>	<b>1.116</b>
<b>Total de provisões e depósitos judiciais</b>	<b>20.739</b>	<b>32.343</b>	<b>1.160</b>	<b>14.887</b>

(a) O Banco possuía processo fiscal relacionado a Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro. O SMBCB obteve êxito no processo, e, portanto, o valor depositado judicialmente foi levantado. Em 31 de dezembro de 2022 o valor é de R\$ 0 (R\$ 4.043 em 2021).

(b) O Banco possuía 2 processos judiciais relacionado a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, em que discutiu os serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004, sendo que em um deles o SMBCB obteve êxito e o outro não. Em 2021 com base na opinião dos consultores jurídicos do Banco, foi provisionado o valor referente à sucumbência de um dos processos, e no ano de 2022 o Município de São Paulo obteve êxito de causa, a provisão desse processo foi revertida e representava um montante de R\$ 15 em 2021. Assim como o depósito judicial requerido para andamento do processo na esfera judicial também foi levantado, por parte do Município de São Paulo e representava em 2021 o montante de R\$ 54.

(c) O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre à desmutualização das ações do Cetip, sendo que o montante para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 109 (R\$ 103 em 2021).

(d) Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC 10/96, no qual se discutiu a constitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decurso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2021, remanesceu provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais foram pagos e revertidos em Novembro de 2022.

(e) O Banco questionava a majoração de alíquotas de 18% para 30% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi realizado o depósito judicial do valor discutido. De acordo com a opinião dos consultores jurídicos a chance de perda relacionada a esta discussão judicial era possível. Desta forma, por decisão da administração, foi constituída provisão, relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em análise, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 9.674. Em 2022, o processo foi finalizado favoravelmente ao banco, dessa forma foi realizado o levantamento do depósito judicial e também realizada a reversão da provisão existente.

(f) A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo, em que há probabilidade de desembolso financeiro. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 14.310 (R\$ 12.403 em 2021).

(g) A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.319 (R\$ 9.141 em 2021).

Há ainda em relação a processos judiciais, um Mandado de Segurança interposto pelo Banco, que trata da base de cálculo de INSS (contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros), para esse processo não há registro contábil como direito da sociedade, pois de acordo com a opinião dos nossos consultores jurídicos a chance de ganho é possível.

### **Movimentação das provisões e das obrigações legais**

	2022			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.799</b>	<b>9.141</b>	<b>12.403</b>	<b>32.343</b>
Constituição de provisão	-	2.281	-	2.281
Atualização monetária	97	1.861	1.907	3.865
Reversões operacionais	(10.787)	(6.091)	-	(16.878)
Baixas por pagamento	-	(872)	-	(872)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>109</b>	<b>6.320</b>	<b>14.310</b>	<b>20.739</b>

	2021			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>13.582</b>	<b>11.857</b>	<b>39.099</b>	<b>64.538</b>
Constituição de provisão	8	1.372	-	1.380
Atualização monetária	403	1.529	2.871	4.803
Reversões operacionais	(3.193)	(5.240)	(29.567)	(38.000)
Baixas por pagamento	-	(378)	-	(378)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.799</b>	<b>9.141</b>	<b>12.403</b>	<b>32.343</b>

## **19 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2022 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
	<b>Quantidade de ações (mil)</b>	<b>Quantidade de ações (mil)</b>
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	1.559.697	1.559.697
Acionistas domiciliados no país	2	2
<b>Total</b>	<b>1.559.699</b>	<b>1.559.699</b>

### **b. Dividendos**

De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2022 se optou pelo não provisãoamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura.

### **c. Reserva legal**

A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

### **d. Reserva estatutária**

A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 534.670 (R\$ 404.308 em 31 de dezembro de 2021) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, “ad referendum” da Assembleia Geral.

## 20 Imposto de renda e contribuição social

- a. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi assim apurada:

	Dezembro/2022		Dezembro/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação após participações	484.214	484.214	231.679	231.679
Reversão de provisões de passivos contingentes	(17.856)	(17.856)	(29.567)	(29.567)
Provisão de passivos contingentes	6.260	6.260	11.922	11.922
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.848	1.848	3.037	3.037
Provisões temporárias	8.572	8.572	(5.343)	(5.343)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(135.003)	(135.003)	(16.657)	(16.657)
Ajuste a valor de mercado operações "hedge accounting"	(12.404)	(12.404)	(17.484)	(17.484)
Despesas não dedutíveis	2.880	1.257	8.369	945
Operações BM&F	(160.646)	(160.646)	(48.181)	(48.181)
Outras adições/(exclusões)	(223)	(223)	(395)	(395)
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	-	-	(9.035)	(1.648)
<b>Lucro tributável</b>	<b>177.643</b>	<b>176.020</b>	<b>128.345</b>	<b>128.309</b>
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3.o)	26.646	-	19.252	-
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3.o)	17.740	-	12.810	-
Lei Empresa Cidadã	(135)	-	(25)	-
Ajuste CSLL – Proporcional alíquota	-	-	-	(2.125)
Contribuição social – 21% (para 2022) 20% e 25% (para 2021) (nota explicativa nº 3.o)	-	36.964	-	32.077
<b>Total</b>	<b>44.252</b>	<b>36.964</b>	<b>32.037</b>	<b>29.952</b>

### b. Créditos tributários

Os créditos fiscais deferidos sobre as provisões temporárias, baseado no estudo técnico elaborado, serão passíveis de realização dentro do prazo de 10 anos. Os valores são apresentados em notas explicativas que seguem:

**c. Composição do passivo tributário diferido**

Composição do passivo tributário	Dezembro/22	Dezembro/21
Ajuste temporário B3	1.760	55.527
Marcação a mercado swap	67.525	7.339
Marcação a mercado NDF	1.940	7.957
Ajuste títulos disponíveis para venda	654	850
Ajuste atuarial plano de previdência	557	312
Ajuste <i>hedge accounting</i>	3.063	176
Marcação a mercado cotas fundo	126	3.890
<b>Total</b>	<b>75.625</b>	<b>76.051</b>

**1. Composição do crédito tributário ativo em 31 de dezembro de 2022**

Composição do ativo tributário	Dezembro/22	Dezembro/21
Ajustes temporários demais provisões	15.853	14.890
Ajuste <i>hedge accounting</i>	14.567	42.037
Ajuste atuarial plano de saúde	10.485	5.896
Ajustes temporários sobre perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.079	6.201
Ajuste atuarial plano previdência	3.128	2.143
Marcação a mercado NDF	1.760	-
Ajuste Títulos Disponíveis para Venda	1.392	1.662
Marcação a mercado Swap	1.344	9.687
Marcação a mercado <i>Hedge</i> Objeto	117	495
Ajustes temporários sobre provisões judiciais	49	4.860
Ajuste temporário B3	38	16.336
<b>Total</b>	<b>56.812</b>	<b>104.207</b>

**2. Previsão de realização do crédito tributário em 31 de dezembro de 2022**

Exercício	Imposto de Renda Diferido	Contribuição social diferida	Total
2023	20.453	14.247	<b>34.700</b>
2024	5.332	4.265	<b>9.597</b>
2025	3.414	2.731	<b>6.145</b>
2026	1.653	1.323	<b>2.976</b>
A partir de 2027	1.886	1.507	<b>3.394</b>
<b>Total</b>	<b>32.728</b>	<b>24.074</b>	<b>56.812</b>

### 3. Movimentação do crédito tributário

A realização dos créditos tributários está ocorrendo conforme os valores estimados no respectivo estudo e suas premissas.

	Saldo em Dez/2021	Realizações/ Constituições	Saldo em Dez/2022
Ajustes temporários sobre provisões judiciais	4.860	(4.811)	49
Ajustes temporários sobre perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.201	1.878	8.079
Ajustes temporários demais provisões	14.890	963	15.853
Marcação a mercado <i>Hedge Objeto</i>	495	(377)	117
Marcação a mercado Swap	9.687	(8.344)	1.344
Marcação a mercado NDF	-	1.760	1.760
Ajuste Títulos Disponíveis para Venda	1.662	(270)	1.392
Ajuste atuarial plano de saúde	5.896	4.589	10.485
Ajuste atuarial plano previdência	2.143	985	3.128
Ajuste <i>hedge accountig</i>	42.037	(27.470)	14.567
Ajuste temporário B3	16.336	(16.298)	38
<b>Total</b>	<b>104.207</b>	<b>103.156</b>	<b>56.812</b>

#### Movimentação do resultado com ativos fiscais diferidos:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Ajuste temporário B3	37.468	(21.681)
Marcação a mercado Swap	(68.529)	6.314
Marcação a mercado NDF	7.778	(13.810)
Marcação a mercado Cotas Fundo	3.890	(3.832)
Ajustes temporários sobre perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.878	6.201
Ajustes temporários demais provisões	963	14.890
Ajuste hedge CDI	(97)	-
Marcação a mercado <i>Hedge Objeto</i>	(407)	(4.036)
Ajustes temporários sobre provisões judiciais	(4.811)	4.860
Prejuízo Fiscal	-	(2.259)
Base Negativa da contribuição social	-	(330)
<b>Total</b>	<b>(21.867)</b>	<b>(13.683)</b>

### 4. Valor presente do crédito tributário

Exercício	Imposto de Renda Diferido	Contribuição social diferida	Total
2023	18.061	12.580	<b>30.641</b>
2024	4.202	3.362	<b>7.564</b>
2025	2.393	1.914	<b>4.307</b>
2026	1.029	823	<b>1.852</b>
A partir de 2027	916	733	<b>1.649</b>
<b>Total</b>	<b>26.601</b>	<b>19.412</b>	<b>46.013</b>

**d. Outros créditos tributários**

Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões para contingências cíveis no montante de R\$ 6.440, que não foram constituídos devido a incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

## 21 Demonstração do resultado

**a. Operações de crédito**

	2º sem. 2022	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Rendas de empréstimos	135.315	234.095	140.483
Rendas de financiamentos e repasses	5.809	9.975	61.761
Ajuste Hedge Objeto - Empréstimos e Financiamentos	(196)	(196)	-
<b>Total</b>	<b>140.928</b>	<b>243.874</b>	<b>202.244</b>

**b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

	2º sem. 2022	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	200.638	303.554	105.880
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	124.494	250.857	91.059
<b>Total</b>	<b>325.132</b>	<b>554.411</b>	<b>196.939</b>

**c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

	2º sem. 2022	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Receitas com operações de SWAPs, Futuros e NDFs	5.078.154	9.130.339	6.565.857
Despesas com operações de SWAPs, Futuros e NDFs	(5.320.455)	(9.489.154)	(6.381.865)
<b>Total</b>	<b>242.301</b>	<b>(358.815)</b>	<b>183.992</b>

**d. Resultado operações de câmbio**

	2º sem. 2022	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Receitas com operações de câmbio	85.068	107.068	170.018
Despesas com operações de câmbio	(44.239)	(49.124)	(32.681)
<b>Total</b>	<b>40.829</b>	<b>57.944</b>	<b>137.337</b>

**e. Operações de captação no mercado**

	<b>2º sem. 2022</b>	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
Despesas com depósitos à prazo	(133.765)	(221.436)	(77.345)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(7.512)	(8.327)	(415)
Despesas com operações compromissadas	(1.061)	(1.719)	(423)
Despesas com contribuições ao Fundo			
Garantidor de Créditos	(1.329)	(2.437)	(2.510)
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	(128)	(128)	-
<b>Total</b>	<b>(143.796)</b>	<b>(234.047)</b>	<b>(80.693)</b>

**f. Operações de empréstimos e repasses**

	<b>2º sem. 2022</b>	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
Despesas com empréstimos e repasses no exterior	(48.654)	(64.161)	(450.916)
Despesas com redesconto	-	(30)	-
Ajuste Hedge Objeto - Repasses e Empréstimos	-	1.099	8.970
<b>TOTAL</b>	<b>(48.654)</b>	<b>(63.092)</b>	<b>(441.946)</b>

**g. Receita de prestação de serviços**

	<b>2º sem. 2022</b>	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
Receitas de tarifas e serviços	13.224	22.194	3.518
Receitas de intermediação de negócios	12.606	23.035	16.160
Rendas de garantias prestadas	27.491	47.815	28.653
<b>Total</b>	<b>53.321</b>	<b>93.044</b>	<b>48.331</b>

**h. Despesas de pessoal**

	<b>2º sem. 2022</b>	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
Proventos	(31.252)	(53.029)	(45.240)
Encargos sociais	(10.359)	(23.570)	(19.706)
Benefícios	(4.933)	(9.585)	(7.724)
Honorários da Administração	(2.941)	(5.493)	(4.164)
Treinamento	(216)	(354)	(411)
<b>Total</b>	<b>(49.701)</b>	<b>(92.031)</b>	<b>(77.245)</b>

**i. Outras despesas administrativas**

	2º sem. 2022	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Despesas de processamento de dados	(14.601)	(25.559)	(22.363)
Despesas com serviços técnicos especializados	(4.598)	(10.527)	(5.445)
Despesas de comunicação	(3.969)	(7.802)	(8.665)
Despesas com aluguel	(2.810)	(5.833)	(5.835)
Despesas com serviços do Sistema Financeiro	(1.697)	(3.172)	(2.785)
Despesas de viagens	(1.387)	(2.014)	(309)
Despesas de amortização e depreciação	(1.209)	(2.265)	(2.137)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(287)	(654)	(578)
Despesas com serviços de vigilância e segurança	(128)	(215)	(152)
Despesas de transporte	(86)	(162)	(141)
Despesas de material	(141)	(296)	(62)
Despesas de água, energia e gás	(168)	(325)	(237)
Despesas com serviços de terceiros	(310)	(631)	(569)
Despesas de propaganda e publicidade	(12)	(146)	(195)
Despesas de seguros	(755)	(1.006)	(443)
Despesas de promoções e relações públicas	(49)	(83)	(20)
Despesas de contribuições filantrópicas	-	(3)	(46)
Outras despesas administrativas	(910)	(2.339)	(1.617)
<b>Total</b>	<b>(33.117)</b>	<b>(63.032)</b>	<b>(51.599)</b>

**j. Despesas tributárias**

	2º sem. 2022	Dezembro/2022	Dezembro/2021
COFINS	(6.118)	(12.723)	(10.169)
ISS	(2.727)	(4.747)	(2.473)
PIS	(994)	(2.067)	(1.652)
Outros	(161)	(1.111)	(351)
<b>Total</b>	<b>(10.000)</b>	<b>(20.648)</b>	<b>(14.645)</b>

**k. Outras receitas / (despesas) operacionais**

	2º sem. 2022	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Reversão de provisões operacionais	5.051	8.896	7.559
Reversão de provisões de garantias prestadas	(2.054)	(3.727)	(3.394)
Variação cambial	1.088	111.086	98.218
Recuperação de encargos e despesas	712	1.403	1.281
Atualização de depósitos judiciais	45	223	395
Multas indenizatórias	-	13	15
Outras despesas	(774)	(1.335)	(2.657)
<b>Total</b>	<b>4.068</b>	<b>116.559</b>	<b>101.417</b>

**l. (Provisão) / Reversão de provisão para passivos contingentes**

	2º sem. 2022	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Reversão de provisões de passivos contingentes	6.051	17.856	38.375
Atualização de passivos contingentes	(1.396)	(3.969)	(4.803)
Despesas de provisões de passivos contingentes	-	(2.282)	(1.378)
<b>Total</b>	<b>4.655</b>	<b>11.605</b>	<b>32.194</b>

**22 Transações e saldos com partes relacionadas****a. Transações com controladores (diretas e indiretas)**

Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	<b>Ativo / (passivo)</b>		<b>Receita / (despesa)</b>	
	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	68.270	539.570	-	-
Aplicações em moeda estrangeira no exterior (nota explicativa 5)	125.241	-	22.766	-
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios	6.178	4.393	23.036	9.337
Obrigações por empréstimos no exterior	(830.006)	(927.194)	4.298	-
Obrigações por repasses do exterior	(3.308.293)	(2.807.402)	111.051	(318.769)
<b>Total</b>	<b>(3.938.610)</b>	<b>(3.190.634)</b>	<b>161.151</b>	<b>(309.432)</b>

**b. Remuneração do pessoal - chave da Administração**

Para atendimento da Resolução nº 4.818/20 e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido, como pessoal-chave dessa instituição, todos os membros que compõem sua Diretoria.

O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Na última reforma estatutária, ocorrida em abril de 2019, se manteve fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos).

**Benefícios de curto prazo a diretores**

	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
Proventos	5.493	4.163
Remuneração variável	3.382	1.751
Contribuições ao INSS/FGTS	2.443	1.489
<b>Total</b>	<b>11.318</b>	<b>7.403</b>

**Benefícios pós emprego**

De acordo com o regulamento do Fundo de Pensão, os diretores podem optar pela participação no Plano de Previdência Complementar de benefício definido, patrocinado integralmente pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. nas mesmas condições dos demais funcionários do Banco (nota explicativa nº 22).

O Banco não concede benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

**c. Outras informações**

Conforme Resolução nº 4.693/18, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições relacionadas nos itens, demonstrados abaixo:

- As operações de crédito com partes relacionadas, ressalvados os casos previstos na legislação ou na regulamentação específica, somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e em instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
  1. 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
  2. 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Considera-se independente o diretor ou conselheiro de administração que atenda, no mínimo, às seguintes condições, em ambas as contrapartes:

I - não detenha participação qualificada, não seja acionista controlador, membro do grupo de controle ou de outro grupo com participação qualificada, nem cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau destes;

II - não esteja vinculado por acordo de acionistas; e

III - não seja ou tenha sido nos últimos três anos:

- a) diretor ou membro de órgãos estatutários ou contratuais, inclusive nas suas empresas ligadas;
- b) funcionário, inclusive de suas empresas ligadas;
- c) cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas “a” e “b”; e
- d) beneficiário de remuneração, além da relacionada à atividade de conselheiro independente ou a eventual participação societária.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram efetuados pelo Banco: empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares.

Os membros da Diretoria não possuem qualquer participação acionária no Banco.

## 23 Benefícios pós-emprego patrocinados

O exigível atuarial do Banco foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir.

O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data base de 31 de dezembro.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2015, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados, como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

### a. Plano de Aposentadoria

O Banco é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo “benefício definido”. No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento.

Em 31 de dezembro de 2022, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

Descrição	Plano de Aposentadoria	
	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Valor presente das obrigações atuariais	36.731	37.565
Valor justo dos ativos do plano	(29.727)	(32.749)
Déficit/ (Superávit) para planos cobertos	7.004	4.816
Ajustes por diferimentos permitidos		
Passivo (ativo) atuarial líquido	7.004	4.816
Premissas atuariais:		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	10,91% a.a.	9,30% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,50% a.a.	3,75% a.a.

	<b>Plano de Aposentadoria</b>	
	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,02% a.a.	4,27% a.a.
Índice estimado de inflação	4,50% a.a.	3,75% a.a.
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo
Tábua Biométrica de entrada em invalidez	Tábua "Mercer"	Tábua "Mercer"
Taxa de rotatividade esperada	0,31/ (tempo de serviço+1)	0,31/ (tempo de serviço+1)
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	10% na 1 <sup>a</sup> data de elegibilidade à aposentadoria antecipada; 3% entre a 1 <sup>a</sup> elegibilidade à aposentadoria antecipada e normal; 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.	

### **Análise de Sensibilidade**

O valor presente da obrigação atuarial é sensível à variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial:

<b>Valor Presente das Obrigações</b>	<b>Análise de Sensibilidade</b>	
	<b>Dezembro/2020</b>	<b>Dezembro/2021</b>
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	756	833
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(728)	(813)

### **b. Plano de Saúde**

Até novembro de 2017, o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos dos Art. 31 e 31 da Lei nº 9.656/98. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Saúde</b>	
	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
Passivo (Ativo) atuarial líquido	23.352	13.155
Total	23.352	13.155
<b>Premissas atuariais/Hipóteses Atuariais</b>		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	10,96% a.a.	9,38% a.a.
Índice estimado de inflação	4,50% a.a.	3,75% a.a.
Tábua Biométrica de Rotatividade	Até 9 anos SVC: 0,5/(Tempo de Serviço +1) A partir de 10 anos SVC: 0,075/(Tempo de Serviço) +1)	Até 9 anos SVC: 0,5/(Tempo de Serviço +1) A partir de 10 anos SVC: 0,075/(Tempo de Serviço) +1)
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos	55 anos

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Saúde</b>	
	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	7,63% a.a. 3,00% a.a. taxa real	Decrescendo de 7,90% a.a a 4,79% a.a
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR)	Inflação (HCCTR)
Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR) + Aging Factor	Inflação (HCCTR) + Aging Factor
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%
Fator de Idade (Aging Factor)	3,00% (por ano - idade)	3,00% (por ano - idade)
Composição Familiar - Ativos	90% Casados	90% Casados
Diferença de Idade Titular/Cônjugue	4 anos	4 anos
Composição Familiar Aposentados	Família Real	Família Real

## **24 Estrutura de gerenciamento de risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e de Gerenciamento de Capital**

### ***Risco operacional***

Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou, ainda, proveniente de eventos externos. Nesta definição, inclui-se o risco legal.

A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional é considerada um fator estratégico e competitivo para o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e está definida na Política de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco estabelecida e aprovada, no mínimo anualmente, pela Diretoria do Banco nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, se reportando diretamente à Diretoria do Banco. É uma ferramenta importante para o gerenciamento eficaz do capital econômico e regulatório do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

O Gerenciamento de Risco Operacional do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota um modelo de gestão em parceria com as áreas de negócios do Banco, proporcionando assim uma visão clara da divisão dos papéis e responsabilidades táticos e estratégicos entre as áreas de negócios e a área de Gestão de Risco Operacional, possibilitando que todos os colaboradores coordene e coopere para a redução de perdas operacionais e duplicidade nas atividades.

Neste modelo de gestão, a área de Gestão de Risco Operacional é responsável por:

- i. Definir as estruturas, políticas e ferramentas para o gerenciamento de risco operacional;
- ii. Elaborar relatórios periódicos;
- iii. Coordenar os comitês de gerenciamento de risco operacional instituídos no Banco;
- iv. Consolidar e monitorar as perdas ocorridas no Banco.

A Diretoria, alinhada à sua Política de Governança Corporativa, reconhece, participa e é responsável pela contínua melhoria dessa estrutura, visando garantir o cumprimento dos objetivos, proporcionando segurança e qualidade aos clientes, acionistas e partes relacionadas com o Banco.

Com relação ao cálculo de requerimento de capital para Risco Operacional, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adotou o modelo de cálculo com base na Abordagem do Indicador Básico, também conhecida como "BIA".

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br) (não auditado).

### **Risco de Mercado e Liquidez**

O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação de preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota uma política e uma exposição bastante conservadora aos fatores de risco de mercado.

O Risco de Liquidez é a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é representada por uma unidade específica no Banco, independente da área de negócios e auditoria, e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. É responsável pelo gerenciamento de risco de mercado eliquidez, tendo como responsabilidade assegurar práticas prudentes e técnicas idôneas de controles de risco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

A política de Gerenciamento de Risco de Mercado é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco, no controle dos Limites para posições, dividido em Limites para exposição à taxa de juros e exposição em taxas de câmbio, além de Limites/Diretrizes para "Stop Loss". Adicionalmente, são produzidos relatórios de Teste de Estresse e informes de capital regulatório (IRRBB – capital regulatório para taxa de juros na carteira Bancária e Capital Regulatório para carteira de Negociação), de acordo com os requerimentos do Banco Central do Brasil (Bacen).

A política de Gerenciamento de Risco de Liquidez é pautada no controle diário do Money Gap (necessidade de funding dentro de certo período de tempo), de indicadores de liquidez e de recursos suplementares de emergência para liquidez.

Adicionalmente são produzidos relatórios de testes de estresse e informe regulatório, Demonstrativo de Liquidez, de acordo com os requerimentos do Banco Central do Brasil (Bacen).

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez foi implementada de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.557/17, sendo aprovada e revisada, no mínimo anualmente, pela Diretoria do Banco. Com o intuito de garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. têm implementado o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne mensalmente, com a participação de membros da Diretoria e extraordinariamente sempre que necessário. Dentre seus objetivos estão a deliberação sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, política de gerenciamento de ativos e passivos, a garantia da observância de limites/diretrizes para o risco de mercado e liquidez, assegurar que o Banco mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez e verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos e sua estrutura de gerenciamento de riscos.

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Mercado e Liquidez do Banco constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br) (não auditado). A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A é responsável por todas as informações divulgadas.

### **Risco de crédito**

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Risco de Crédito está fortemente relacionado com outros tipos de risco, como o Risco de Mercado e de Liquidez. Estes tipos de riscos, muitas vezes, derivam do Risco de Crédito e podem se manifestar simultaneamente.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. É representada por uma unidade específica, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está implementada de forma a manter as políticas, procedimentos e sistemas para o monitoramento e controle de risco de crédito de acordo com as regras vigentes, assegurando assim, que o risco de crédito é identificado, mensurado, monitorado, controlado e reportado à Diretoria, de forma a permitir o adequado tratamento do risco como um dos vetores de crescimento e rentabilidade.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito contempla políticas e estratégias claramente definidas e devidamente documentadas e revisadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria do Banco.

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Crédito do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br) (não auditado).

### ***Gerenciamento de capital***

O gerenciamento do capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco.

A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo anualmente, pela Diretoria do Banco. A estrutura de gerenciamento de capital está sob a responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Riscos, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Vice-Presidência do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Banco, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Tem como objetivo identificar e avaliar todos os riscos relevantes do Banco de acordo com políticas e estratégias para manter o capital compatível com os riscos incorridos.

A principal fonte de informação para fins da cálculo para apuração do capital regulatório é o documento CADOC 2061 – DLO Demonstrativo de Limites Operacionais, submetido mensalmente ao BACEN, onde é detalhado todos os componentes do “PR” – Patrimônio de Referência, que será a base referencial para fins de adequação ao capital mínimo regulatório conforme pronunciamentos da Basileia III.

Para fins de apuração do capital mínimo requerido, o total do RWA é calculado através da soma dos ativos ponderados pelo riscos de crédito, mercado e operacional:

$$\geq RWA = RWAcPad + RWAmPad + RWAoPad$$

O RWA total consiste na soma desses ativos devidamente ponderados.

## Índice da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.193/13 e 4.192/13, apresentando o índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	<b>Dezembro/2022</b>	<b>Dezembro/2021</b>
Risco de Crédito	8.455.765	7.058.609
Risco de Mercado	1.006.166	649.402
Risco Operacional	591.696	383.746
<b>Ativos ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>10.053.628</b>	<b>8.091.757</b>
<b>Patrimônio de Referência Níveis I e II (PR)</b>	<b>2.114.506</b>	<b>1.994.214</b>
Patrimônio de Referência Exigido (RWA 8%)	804.290	647.341
<b>Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido</b>	<b>1.310.215</b>	<b>1.346.873</b>
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	21,03%	24,65%

Caso o Banco necessite de capital adicional, o plano de contingência é o aumento de capital através de injeção de capital pela casa matriz SMBC Tokyo.

Qualquer incidente ou problema relevante deve ser imediatamente direcionado ao Comitê de Governança do Banco, que é o grupo designado à centralizar as decisões e definições de medidas para remediar quaisquer problemas relativos à adequação de capital.

O Banco, no intuito de adotar uma postura prospectiva e antecipar-se a necessidade de capital, tem estabelecido o Comitê de Novos Produtos e Serviços, com a participação permanente do Departamento de Gerenciamento de Riscos, onde é feita uma análise do produto e/ou serviço antes de sua implantação no Banco.

O Banco não adota Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) segundo Artigo 6º da Resolução CMN nº 4.557/2017.

O Departamento de Gerenciamento de Riscos acompanha o comportamento da carteira diariamente e, em caso de discrepâncias, comunica a Alta Administração imediatamente de forma a dar o tratamento adequado à adequação de capital.

Em caso de mudança relevante nos cenários, a divisão de Finance irá açãoar a equipe de IRM (*Integrated Risk Management*) para que ela realize testes de *stress* sob condições mercadológicas e econômicas extremas.

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Capital constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br) (não auditado). A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas.

## **Mensuração de Valor Justo**

A determinação dos valores justos de ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor presente líquido, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos na maioria de seus produtos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

- Nível 1 - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado, possuem alta liquidez e seus preços disponíveis no mercado. Foram enquadrados nessa categoria os títulos disponíveis para a venda e os futuros da bolsa.
- Nível 2 - Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis em um mercado ativo, mas são apreçados a partir de preços cotados para instrumentos semelhantes ou técnicas de precificação que utilizem dados observáveis no mercado. Foram enquadrados nessa categoria os SWAPs, NDFs e as Debêntures, em que a metodologia utilizada é o *“mark to model”*, o qual os inputs são coletados do mercado.
- Nível 3 - Precificação de ativos onde os dados não estão disponíveis no mercado. Sendo assim, de acordo com as melhores práticas de mercado, o valor justo de alguns produtos como Letras Financeiras é calculado por meio do *Spread* de Crédito para incorporar o risco de crédito do emissor no preço do ativo.

## **25 Resultados recorrentes e não recorrentes**

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, o Banco Sumitomo considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

No que se refere impacto da Contribuição Social corrente no resultado do banco devido a majoração da alíquota de 20% para 21% que ocorreu a partir de Agosto de 2022, temos que o valor de despesa com o imposto caso a alíquota fosse aplicável para esse período de 31 de dezembro de 2022 seria uma despesa maior em R\$ 886 (R\$ 0 2021).